



NOVO GOVERNO

Governo freia emendas após apoio de Lula a Lira

Bolsonaro autoriza remanejamento de verbas do orçamento secreto em meio à aproximação entre presidente eleito e chefe da Câmara

» VINICIUS DORIA

O presidente Jair Bolsonaro assinou, ontem, um decreto autorizando os ministros a remanejar verbas para cobrir buracos do Orçamento deste ano, incluindo os recursos destinados às emendas de relator do chamado orçamento secreto. A ordem é bloquear a liberação desses montantes para que o governo federal possa honrar compromissos até o fim do ano sem furar o teto de gastos. Na prática, o Executivo retira dos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), o poder de negociar a liberação de verbas com as suas respectivas bases parlamentares.

Outra ação do Planalto é o envio ao Congresso de um projeto de lei que autoriza o governo a remanejar recursos de emendas parlamentares para cobrir despesas obrigatórias. Segundo informou *O Estado de S. Paulo*, o texto, se aprovado, praticamente acaba com o poder de negociação dos presidentes das duas Casas e do relator do Orçamento da União com base nas emendas parlamentares.

Segundo o jornal paulista, o Executivo usou como justificativa para os dois atos a falta de recursos para despesas urgentes, após os sucessivos bloqueios que a área econômica precisou fazer para cumprir a regra do teto de gastos. Dos R\$ 16,5 bilhões reservados para o orçamento secreto neste ano, R\$ 7,8 bilhões não foram liberados e estão bloqueados pelo governo federal (**leia mais sobre o contingenciamento na página 7**).

As medidas foram assinadas por Bolsonaro no mesmo dia em que o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva recebeu, no hotel em que está hospedado no centro de Brasília, os dois presidentes do Poder

Legislativo para discutir a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) da Transição, que retira do teto as despesas com o Auxílio Brasil (a ser rebatizado de Bolsa Família). Em reuniões separadas, Lula também conversou sobre governabilidade a partir de sua posse, em 1º de janeiro. E ouviu dos dois presidentes que a PEC terá tramitação célere no Legislativo.

Os encontros ocorreram um dia após o PT definir formalmente o apoio do partido à reeleição de Lira para a presidência da Câmara. A recondução de Pacheco ao comando do Senado também contará com o aval do partido.

Essa foi a segunda vez que Lula se encontrou com os dois políticos. Na primeira, uma semana após a vitória no segundo turno da eleição presidencial, ele foi à residência oficial da Câmara e do Senado para uma visita de cortesia.

A aprovação da PEC até meados de dezembro é a prioridade do governo de transição, que ainda não sabe qual montante de recursos poderá ser mobilizado para atender demandas urgentes da máquina pública a partir de janeiro.

Após a reunião com o presidente eleito, Rodrigo Pacheco declarou, no Senado, que o encontro "foi positivo, um amadurecimento de questões".

Lula ficará em Brasília até amanhã, articulando a montagem da futura equipe ministerial e da base de apoio no Congresso.

Políticos que participam dos trabalhos do gabinete provisório no CCBB indicam que o presidente eleito deve começar a anunciar seu time de governo na semana que vem. Nessa primeira lista, são esperados os nomes para os **ministérios da Fazenda** e da Defesa, além dos chamados ministros palacianos da Casa Civil e da Secretaria de Governo.

Sem pressa

O vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin (PSB), disse, ontem, que Lula "não está com pressa de definir ministério", após ser questionado sobre o anúncio do nome que deve ocupar a Fazenda. "Eu acho que ainda demora um pouquinho mais. O presidente não está com pressa para definir ministério, agora é hora de ouvir bastante", disse, ao ser perguntado se o anúncio para a Fazenda ocorrerá ainda nesta semana.

ED ALVES/CB/D.A.Press



As medidas foram assinadas por Bolsonaro no mesmo dia em que Lula se encontrou com Lira para discutir a PEC da Transição

» Brecha para aumento de gasto

O Congresso deixou uma brecha para aumentar o Orçamento de 2023 antes de aprovar a PEC da Transição. Parecer preliminar da Lei Orçamentária Anual, aprovado pela Comissão Mista de Orçamento, autoriza o aumento de despesas incorporando propostas ainda em tramitação no Parlamento, incluindo a PEC. Assim, na falta de um acordo político, os congressistas poderão aprovar despesas "condicionadas", deixando os recursos orçamentários para serem liberados após a aprovação da PEC.

Tempo para aprovar reforma tributária

O nome mais cotado para assumir o Ministério da Fazenda, a ser recriado a partir da divisão do atual Ministério da Economia em três (os outros são Planejamento e Indústria, Comércio e Serviços), é o do ex-ministro Fernando Haddad, que passou a tarde, ontem, reunido em Brasília com o grupo de Economia do governo de transição.

Antes de embarcar para São Paulo, no início da noite, Haddad reafirmou que a prioridade do governo eleito é aprovar a PEC da Transição antes de apresentar qualquer proposta sobre um novo marco fiscal, que ele prefere chamar de "arcabouço". Essa nova âncora de responsabilidade fiscal, que substituirá a regra do teto de gastos e a regra de ouro, será apresentada na

sequência da reforma tributária, sobre a qual já há dois projetos em tramitação, um na Câmara e outro no Senado.

"O arcabouço fiscal, como chamamos, não está sendo desenhado agora. É muito pouco tempo de tramitação da PEC para fazer uma substituição (da âncora fiscal). A PEC é para ganhar, justamente, o tempo necessário para fazer a reforma tributária e encaminhar o novo arcabouço fiscal", frisou.

Já o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com os deputados Adolfo Viana (PSDB-BA) e Alex Manente (Cidadania-SP). Os dois representam a federação PSDB/Cidadania, que anunciou posição de independência em relação ao novo governo. Mas ambos

afiançaram o apoio à PEC da Transição, desde que sejam alterados pontos de divergência, principalmente o prazo de quatro anos para vigência da exclusão dos recursos do Bolsa Família do teto de gastos. A federação defende que essa licença seja válida apenas para o ano que vem.

"Nós temos a missão de rever o teto de gastos e a regra de ouro, porque não podemos sempre ficar no penduricalho para ter condições de dar Auxílio (Brasil/Bolsa Família). Ou nós antecipamos essa revisão prevista para daqui a cinco anos ou vamos sempre ter de fazer algo que é exceção para aquilo que é obrigação", disse Manente. Ele garantiu, porém, que as duas legendas apoiarão a PEC. (VD)

Petista terá encontro com Biden nos EUA

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva se encontrará com o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, em dezembro. A data da viagem a Washington ainda está sendo acertada entre a assessoria do petista e a Casa Branca, segundo informou o ex-ministro Fernando Haddad. De acordo com ele, que participa do grupo de Economia do governo de transição, até a posse, o futuro chefe do Executivo terá conversado com os principais líderes mundiais.

"A gente deu um choque de credibilidade com a eleição do Lula. Está caindo muito a tensão de investidores estrangeiros, e eu pude constatar isso na viagem ao Egito e a Portugal", afirmou Haddad. "O presidente deve se reunir com o presidente (Joe) Biden antes da posse, nos Estados Unidos, e há muitos convites de grandes potências para encontrá-lo ou conversar com ele virtualmente. O presidente vai concluir o ano tendo



Há muitos convites de grandes potências para encontrá-lo ou conversar com ele virtualmente. O presidente vai concluir o ano tendo conversado com as grandes potências do mundo e na melhor perspectiva para o Brasil"

Fernando Haddad, ex-ministro

conversado com as grandes potências do mundo e na melhor perspectiva para o Brasil", acrescentou.

Na viagem que fez à Conferência do Clima das Nações Unidas (COP27), Lula já havia conversado com o representante do governo dos Estados Unidos para questões climáticas, John Kerry, que reforçou o desejo de Biden de se reaproximar do governo brasileiro, após o esfriamento das relações entre os dois países, decorrente da derrota do então presidente Donald Trump nas eleições de 2020.

O presidente Jair Bolsonaro se posicionou abertamente a favor da reeleição do aliado republicano e foi um dos últimos líderes a reconhecer a vitória democrata no pleito dos Estados Unidos.

A viagem de Lula deverá ocorrer entre a diplomacia, no dia 12, e a posse. A assessoria do presidente eleito ainda estuda a possibilidade de ele visitar o chefe de Estado argentino, Alberto Fernández, antes de assumir o cargo. A Argentina é o principal parceiro do Brasil na América do Sul. (VD)

Mandel Ngan/AFP



Biden deseja se reaproximar do governo brasileiro, após o esfriamento das relações entre os dois países